



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Hidrolândia

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 379 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,12%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Hidrolândia, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a locação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Hidrolândia.

4. Faixa etária:

4.1 De 16 a 34 anos;

4.2 De 35 a 59 anos;

4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;

5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;

5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;

5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	74,67%	31,93%	41,42%	1,32%	23,75%	39,05%	11,87%	30,08%	29,55%	15,04%
Não opina	13,72%	7,92%	5,80%	0,00%	3,43%	7,12%	3,17%	6,33%	5,28%	2,11%
Considero que não	11,61%	6,07%	5,28%	0,26%	5,01%	4,49%	2,11%	3,17%	5,80%	2,64%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

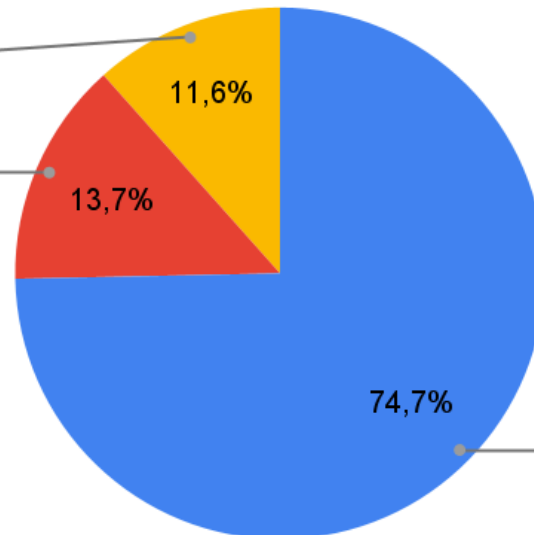
1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?

Considero que não

11,6%

Não opina

13,7%



Considero que sim

74,7%

A análise da percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município evidencia um cenário amplamente favorável, com elevado nível de concordância entre os respondentes. Observa-se que 74,7% da população considera que existe equidade no acesso, o que indica que a maioria percebe a rede pública de ensino como capaz de oferecer disponibilidade adequada de vagas, infraestrutura compatível e distribuição territorial das unidades escolares que possibilitam atendimento relativamente uniforme às diferentes regiões e grupos sociais. Esse resultado sugere efetividade das políticas educacionais no planejamento da oferta, na organização da rede e na capacidade de absorção da demanda escolar.

Por outro lado, o percentual de 11,6% que afirma não existir igualdade de acesso, embora minoritário, é relevante do ponto de vista da gestão pública, pois sinaliza a presença de barreiras percebidas por parte da população. Essas barreiras podem estar associadas a fatores como distância entre residência e unidades escolares, limitações na capacidade de atendimento de determinadas escolas, dificuldades de transporte, desigualdades socioeconômicas ou variações na qualidade da infraestrutura e dos serviços educacionais. A existência desse grupo indica que a experiência de acesso não é homogênea em todo o território municipal e que persistem desafios localizados.

O índice de 13,7% de respondentes que não opinaram pode ser interpretado como indicativo de desconhecimento sobre o funcionamento da rede pública de ensino ou de ausência de vivência direta recente com o sistema educacional, como no caso de pessoas sem filhos em idade escolar ou que não utilizam os serviços públicos de educação. Esse dado reforça a importância de ampliar a transparência e a comunicação sobre a organização da rede escolar e as políticas de acesso adotadas pelo município.

De forma consolidada, os resultados demonstram que a igualdade de acesso às escolas públicas é percebida de maneira majoritariamente positiva pela população, refletindo avanços na oferta e na organização do sistema educacional. Contudo, a presença de percepções negativas e de desconhecimento evidencia a necessidade de atenção contínua às disparidades pontuais, com foco em planejamento territorial, ampliação de vagas onde houver pressão de demanda, melhoria do transporte escolar e fortalecimento de políticas que assegurem equidade efetiva e sustentável no acesso à educação pública municipal.

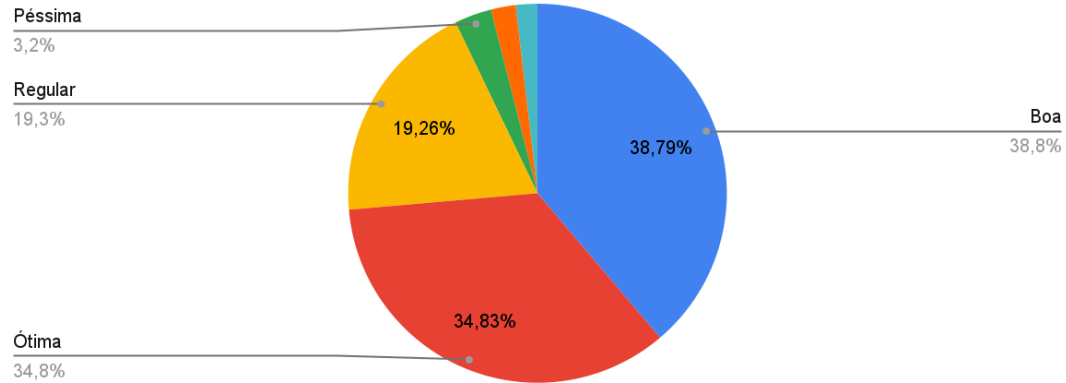
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	38,79%	17,94%	20,05%	0,79%	12,93%	17,41%	8,44%	16,89%	14,51%	7,39%
Ótima	34,83%	16,36%	17,94%	0,53%	10,03%	20,05%	4,75%	12,93%	15,04%	6,86%
Regular	19,26%	8,44%	10,55%	0,26%	6,86%	9,50%	2,90%	7,65%	7,39%	4,22%
Péssima	3,17%	1,32%	1,85%	0,00%	0,79%	1,85%	0,53%	0,79%	1,58%	0,79%
Ruim	2,11%	1,06%	1,06%	0,00%	0,79%	0,79%	0,53%	0,79%	1,32%	0,00%
Não opina	1,85%	0,79%	1,06%	0,00%	0,79%	1,06%	0,00%	0,53%	0,79%	0,53%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

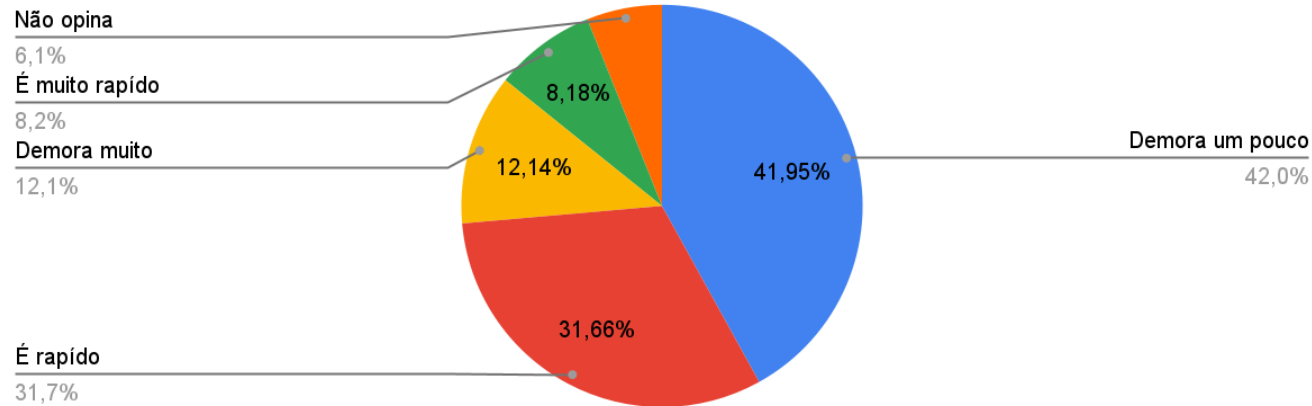
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	41,95%	18,47%	22,96%	0,53%	13,46%	20,32%	8,18%	17,15%	17,15%	7,65%
É rápido	31,66%	15,83%	15,83%	0,00%	9,76%	16,36%	5,54%	12,66%	12,40%	6,60%
Demora muito	12,14%	6,60%	4,49%	1,06%	4,22%	6,07%	1,85%	3,69%	6,60%	1,85%
É muito rápido	8,18%	3,17%	5,01%	0,00%	3,17%	4,22%	0,79%	4,22%	1,85%	2,11%
Não opina	6,07%	1,85%	4,22%	0,00%	1,58%	3,69%	0,79%	1,85%	2,64%	1,58%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A análise integrada da qualidade do atendimento e do tempo de espera nos postos de saúde do município revela um cenário amplamente positivo, ainda que marcado por desafios operacionais pontuais que demandam atenção contínua da gestão pública. No que se refere à qualidade do atendimento, observa-se que 38,8% dos respondentes classificam o serviço como bom e 34,83% como ótimo, totalizando 73,63% de percepções favoráveis. Esse elevado percentual evidencia que a maior parte da população reconhece eficiência nos processos, adequado acolhimento por parte das equipes e capacidade de resolução das demandas apresentadas, indicando que a atenção básica tem cumprido, de forma geral, seu papel assistencial.

Esse resultado sugere que fatores como qualificação dos profissionais, organização do atendimento e vínculo estabelecido entre usuários e equipes contribuem para uma experiência positiva. A percepção majoritária de satisfação reforça a confiança da população nos serviços de saúde e aponta para um nível relevante de efetividade na prestação do cuidado, especialmente nas demandas mais recorrentes do sistema.

Entretanto, o percentual de 19,3% de avaliações regulares indica que uma parcela significativa dos usuários percebe limitações que impedem uma avaliação mais elevada. Essa percepção intermediária pode estar associada a aspectos como tempo de espera acima do desejável, indisponibilidade ocasional de profissionais, restrições de agenda ou variações na qualidade do atendimento entre diferentes unidades. Esses dados revelam que, embora o serviço seja considerado funcional, há inconsistências que impactam a experiência do usuário e que precisam ser tratadas para elevar o padrão médio de qualidade.

As avaliações negativas, que somam 5,31% entre ruim (2,11%) e péssima (3,2%), embora minoritárias, são relevantes do ponto de vista da gestão, pois evidenciam problemas pontuais que afetam diretamente determinados usuários. Essas percepções podem refletir situações específicas de falhas no acolhimento, demora excessiva, dificuldades de acesso ou limitações estruturais em algumas unidades, demandando intervenções direcionadas e monitoramento contínuo.

O percentual reduzido de 1,85% de respondentes que não opinaram indica amplo contato da população com os serviços de saúde, conferindo maior robustez e confiabilidade às avaliações apresentadas, além de reforçar a centralidade dos postos de saúde no cotidiano dos munícipes.

No que se refere à percepção sobre o tempo de espera, os dados complementam a análise da qualidade do atendimento e reforçam um quadro de eficiência relativa. Observa-se que 42% dos usuários afirmam que o atendimento demora um pouco e 31,7% consideram o tempo de espera rápido, totalizando 73,7% de experiências classificadas como toleráveis ou satisfatórias. Esse resultado sugere que, para a maioria da população, os tempos de espera estão dentro de patamares aceitáveis, ainda que não ideais, indicando organização razoável dos fluxos de atendimento.

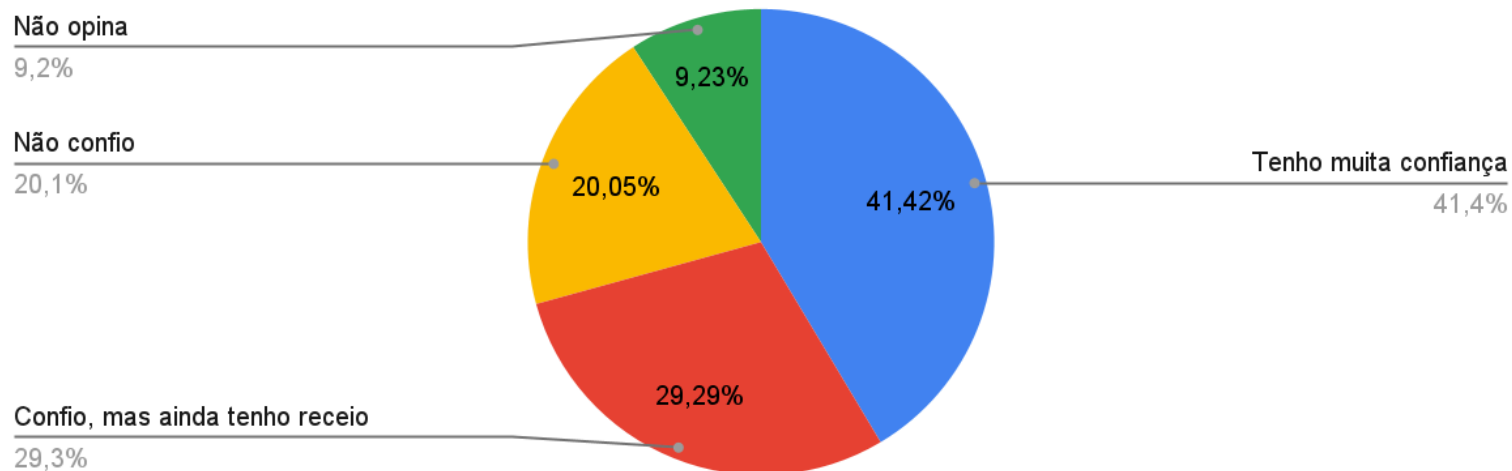
Por outro lado, 12,1% dos respondentes avaliam que o atendimento demora muito, evidenciando a existência de atrasos significativos que impactam uma parcela específica dos usuários. Esses atrasos podem estar concentrados em horários de maior demanda, em determinadas unidades ou associados à insuficiência de profissionais e recursos, sinalizando gargalos operacionais que merecem atenção prioritária. As avaliações de muito rápido, que correspondem a 8,2%, demonstram que há situações ou unidades capazes de oferecer atendimento altamente ágil, o que pode servir como referência de boas práticas para o restante da rede.

O percentual de 6,1% que não opinou sobre o tempo de espera sugere ausência de contato recente ou informação insuficiente, mas não compromete a leitura geral dos resultados. De forma consolidada, os dados indicam que o atendimento nos postos de saúde é amplamente satisfatório, tanto em qualidade quanto em tempo de espera, embora persistam variações entre unidades e períodos. Esse cenário reforça a necessidade de aprimoramentos contínuos, com foco na padronização da qualidade, na otimização dos fluxos de atendimento, na redução de atrasos pontuais e no fortalecimento da gestão, de modo a garantir uma experiência cada vez mais eficiente, equitativa e consistente para toda a população.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	41,42%	19,00%	21,90%	0,53%	10,29%	23,48%	7,65%	17,94%	14,51%	8,97%
Confio, mas ainda tenho receio	29,29%	12,40%	16,62%	0,26%	10,29%	14,25%	4,75%	10,55%	12,93%	5,80%
Não confio	20,05%	9,23%	10,03%	0,79%	7,92%	9,76%	2,37%	7,39%	8,97%	3,69%
Não opina	9,23%	5,28%	3,96%	0,00%	3,69%	3,17%	2,37%	3,69%	4,22%	1,32%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A análise da percepção da população em relação à confiança nas forças policiais do município evidencia um cenário majoritariamente favorável, ainda que marcado por níveis relevantes de cautela e desconfiança que demandam atenção estratégica. Observa-se que 41,4% dos respondentes declaram ter muita confiança na atuação policial, o que indica elevado reconhecimento da legitimidade institucional, da capacidade de atuação e do papel da corporação na manutenção da ordem e da segurança pública. Esse resultado sugere que uma parcela significativa da população percebe efetividade nas ações policiais, seja pela presença ostensiva, pela resposta a ocorrências ou pela sensação de proteção proporcionada.

Adicionalmente, 29,3% dos entrevistados afirmam confiar na polícia, embora ainda com receio, elevando para 70,7% o total de respondentes que demonstram algum grau de confiança. Esse dado revela que a confiança é predominante, porém não plenamente consolidada, indicando que, apesar do reconhecimento do trabalho policial, persistem fatores que geram insegurança ou cautela por parte da população. Esse receio pode estar associado a experiências indiretas ou pontuais negativas, à percepção de seletividade em abordagens, à irregularidade da presença policial em determinados territórios ou à sensação de resposta insuficiente em situações específicas.

Em contrapartida, o percentual de 20,1% que declara não confiar nas forças policiais é expressivo e aponta para a existência de fragilidades percebidas na atuação institucional. Essa parcela da população pode associar sua avaliação a falhas na cobertura territorial, à baixa visibilidade do policiamento em algumas regiões, à demora no atendimento de ocorrências ou à percepção de ineficácia no enfrentamento da criminalidade. A magnitude desse grupo indica que a experiência com a segurança pública não é homogênea e que há segmentos da população que se sentem menos protegidos ou representados pelas ações policiais.

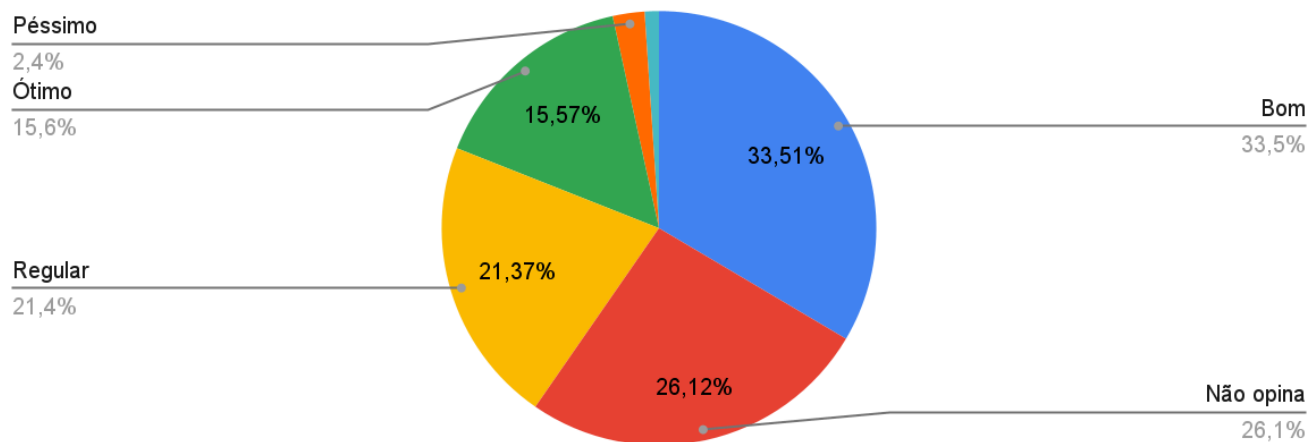
O índice de 9,2% de respondentes que não opinaram sugere distanciamento em relação aos serviços de segurança pública, seja por pouco contato direto com a polícia, seja por falta de informações suficientes para formar uma opinião consistente. Esse dado reforça a importância de ampliar a comunicação institucional e a transparência das ações desenvolvidas, tornando mais visível o trabalho policial e seus resultados para a sociedade.

De forma consolidada, os resultados indicam que a confiança nas forças policiais do município é predominante, refletindo reconhecimento da legitimidade e da relevância da corporação para a segurança pública. Contudo, a presença de níveis significativos de receio e desconfiança evidencia a necessidade de ações contínuas voltadas ao fortalecimento da consistência operacional, à ampliação da presença territorial, ao aprimoramento da comunicação com a população e ao fortalecimento de estratégias de policiamento de proximidade e comunitário, com o objetivo de reduzir percepções negativas e ampliar a credibilidade plena junto à sociedade.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	33,51%	15,30%	17,68%	0,53%	11,87%	16,36%	5,28%	14,25%	13,46%	5,80%
Não opina	26,12%	13,19%	12,40%	0,53%	5,54%	15,30%	5,28%	8,71%	10,82%	6,60%
Regular	21,37%	8,44%	12,40%	0,53%	8,18%	9,76%	3,43%	7,92%	7,92%	5,54%
Ótimo	15,57%	6,60%	8,97%	0,00%	5,28%	7,65%	2,64%	7,39%	6,86%	1,32%
Péssimo	2,37%	1,32%	1,06%	0,00%	0,53%	1,58%	0,26%	1,32%	1,06%	0,00%
Ruim	1,06%	1,06%	0,00%	0,00%	0,79%	0,00%	0,26%	0,00%	0,53%	0,53%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A análise da avaliação dos serviços prestados pelo CRAS e CREAS revela um cenário globalmente positivo, ainda que marcado por desafios relacionados ao acesso, à visibilidade e à padronização da qualidade. Observa-se que 33,5% dos respondentes classificam os serviços como bons e 15,6% como ótimos, totalizando 49,1% de percepções favoráveis. Esse resultado indica que quase metade da população que conhece ou utiliza esses equipamentos da assistência social reconhece eficiência no atendimento, adequado acolhimento das demandas e capacidade das equipes em responder às necessidades de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Esse nível de aprovação sugere que os serviços cumprem, em grande medida, seu papel de proteção social básica e especial, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a orientação social e o encaminhamento adequado para outras políticas públicas. A percepção positiva reflete, ainda, a atuação técnica das equipes e a relevância dessas unidades como portas de entrada da política de assistência social no território.

Entretanto, o percentual de 21,4% de avaliações regulares evidencia que uma parcela significativa dos usuários percebe limitações na prestação dos serviços. Essa avaliação intermediária pode estar associada à sobrecarga de demanda, à insuficiência de recursos humanos ou materiais, à demora no atendimento ou à variação na qualidade dos serviços entre diferentes unidades. Esses fatores tendem a reduzir a resolutividade percebida e indicam a necessidade de ajustes operacionais e de gestão para elevar o padrão médio de atendimento.

As avaliações negativas, que somam 3,46%, sendo 2,4% classificando os serviços como péssimos e 1,06% como ruins, embora percentualmente reduzidas, são relevantes do ponto de vista da gestão pública, pois sinalizam falhas específicas que impactam diretamente a experiência de determinados usuários. Essas percepções podem refletir dificuldades de acesso, falhas no acolhimento, limitações na continuidade do acompanhamento ou insuficiência de respostas às demandas mais complexas, especialmente no âmbito da proteção social especial.

O percentual expressivo de 26,12% de respondentes que não opinaram constitui um dado de destaque na análise, pois sugere desconhecimento, pouco contato direto ou dificuldade de acesso aos serviços do CRAS e CREAS por parte de uma parcela significativa da população. Esse resultado evidencia fragilidades na divulgação e na visibilidade dessas políticas públicas, além de indicar que potenciais usuários podem não estar sendo alcançados de forma adequada.

De forma consolidada, os dados demonstram que, embora exista uma aprovação considerável dos serviços do CRAS e CREAS entre aqueles que os conhecem ou utilizam, persistem desafios importantes relacionados à ampliação do acesso, à redução de assimetrias na qualidade e ao fortalecimento da comunicação institucional. Esse cenário reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação, ampliação da acessibilidade territorial, fortalecimento das equipes e padronização dos procedimentos, de modo a aumentar a percepção positiva da população e potencializar a efetividade das ações socioassistenciais no município.

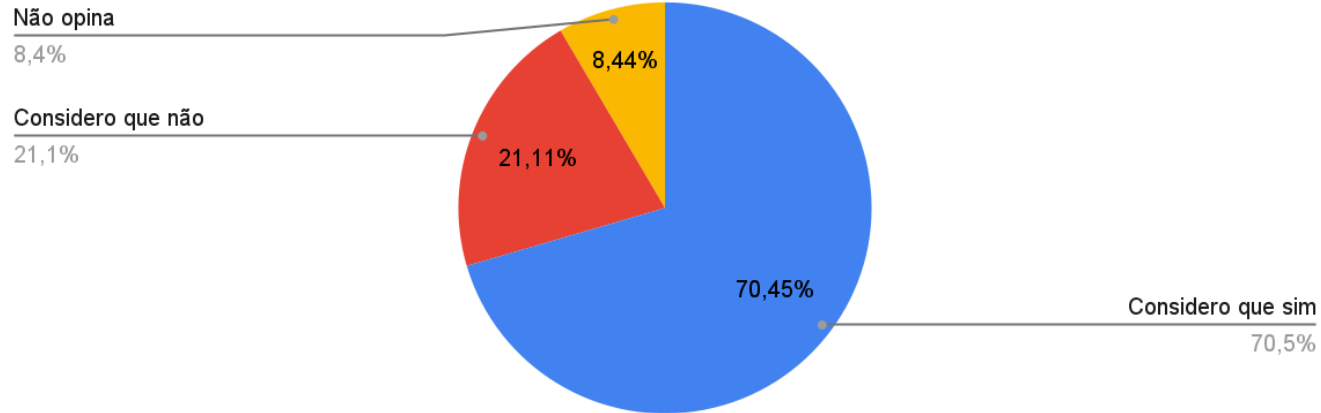
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	70,45%	30,87%	38,52%	1,06%	20,84%	37,20%	12,40%	28,50%	29,29%	12,66%
Considero que não	21,11%	11,35%	9,76%	0,00%	8,18%	10,29%	2,64%	7,92%	6,86%	6,33%
Não opina	8,44%	3,69%	4,22%	0,53%	3,17%	3,17%	2,11%	3,17%	4,49%	0,79%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

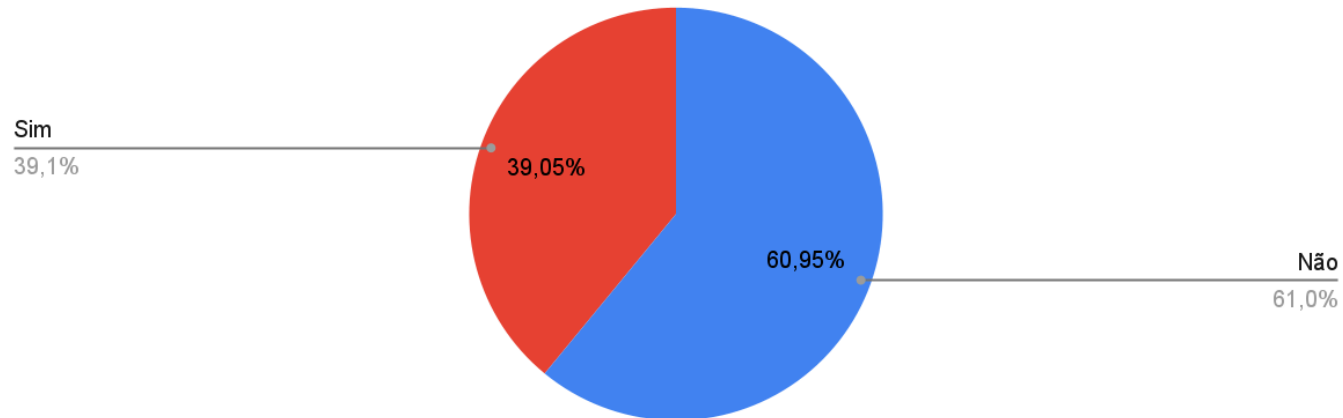
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	60,95%	25,86%	34,30%	0,79%	18,47%	30,08%	12,40%	23,22%	25,07%	12,66%
Sim	39,05%	20,05%	18,21%	0,79%	13,72%	20,58%	4,75%	16,36%	15,57%	7,12%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A análise da percepção da população sobre as oportunidades de trabalho no município revela um cenário amplamente favorável, ainda que permeado por desafios estruturais e informacionais que limitam a inclusão plena no mercado de trabalho. Observa-se que 70,5% dos respondentes consideram que existem vagas suficientes, o que indica que a maioria percebe uma oferta de empregos compatível com a dinâmica econômica local e com os níveis de qualificação predominantes. Esse resultado sugere um mercado de trabalho relativamente ativo, capaz de absorver parcela significativa da força de trabalho e de atender às demandas produtivas do município.

Entretanto, o percentual de 21,1% que afirma não haver oportunidades suficientes é expressivo e aponta para a existência de segmentos da população que enfrentam maiores dificuldades de inserção laboral. Essa percepção pode estar associada à escassez de vagas formais em determinados períodos, à concentração das oportunidades em setores específicos da economia, à informalidade ou, ainda, ao descompasso entre as exigências das vagas disponíveis e a qualificação profissional de parte dos trabalhadores. A presença desse grupo evidencia que os benefícios do mercado de trabalho não se distribuem de forma homogênea, afetando especialmente jovens, pessoas com menor escolaridade ou grupos em situação de vulnerabilidade social.

O índice de 8,4% de respondentes que não opinaram sugere distanciamento em relação ao tema, possivelmente em função da ausência de busca recente por emprego, de inserção estável no mercado de trabalho ou de desconhecimento mais aprofundado da realidade laboral do município. Ainda assim, esse dado reforça a importância de análises contínuas e segmentadas para compreender melhor as diferentes experiências da população economicamente ativa.

No que se refere ao conhecimento sobre os programas municipais de capacitação para o emprego, os dados revelam uma fragilidade relevante na divulgação e no alcance dessas políticas públicas. O fato de 61% da população declarar não conhecer tais programas evidencia uma lacuna informacional significativa, que compromete diretamente a efetividade das ações voltadas à qualificação profissional e à ampliação da empregabilidade. A baixa visibilidade dessas iniciativas reduz o potencial de adesão dos públicos prioritários e limita o impacto das políticas de promoção do emprego e da renda.

Em contrapartida, 39,1% dos respondentes afirmam ter conhecimento dos programas de capacitação, indicando que uma parcela ainda restrita da população consegue acessar essas informações, possivelmente por estar mais próxima de equipamentos públicos, instituições parceiras, redes comunitárias ou canais de comunicação mais eficientes. A diferença expressiva entre os grupos com e sem conhecimento dos programas evidencia uma assimetria informacional que pode aprofundar desigualdades e restringir a participação de quem mais necessita dessas ações.

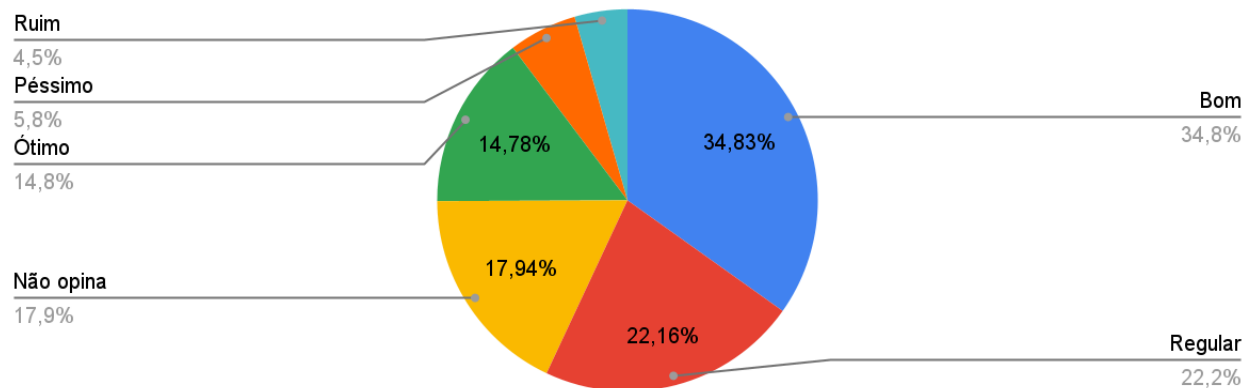


De forma integrada, os resultados indicam que, embora a percepção sobre a existência de oportunidades de trabalho seja majoritariamente positiva, persistem desafios relacionados à inclusão de grupos com maior dificuldade de inserção e à ampliação do acesso às políticas de qualificação profissional. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer estratégias de comunicação institucional, diversificar canais de divulgação, ampliar parcerias com o setor produtivo e intensificar ações de capacitação alinhadas às demandas do mercado, de modo a promover um desenvolvimento econômico mais inclusivo, sustentável e equitativo no município.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	34,83%	15,83%	18,21%	0,79%	12,14%	17,41%	5,28%	12,93%	14,78%	7,12%
Regular	22,16%	9,76%	12,14%	0,26%	6,86%	11,08%	4,22%	9,50%	7,92%	4,75%
Não opina	17,94%	9,23%	8,44%	0,26%	4,22%	9,76%	3,96%	6,86%	7,39%	3,69%
Ótimo	14,78%	4,75%	9,76%	0,26%	5,01%	7,92%	1,85%	7,39%	5,01%	2,37%
Péssimo	5,80%	3,69%	2,11%	0,00%	1,85%	2,37%	1,58%	1,06%	3,43%	1,32%
Ruim	4,49%	2,64%	1,85%	0,00%	2,11%	2,11%	0,26%	1,85%	2,11%	0,53%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A análise da avaliação do acesso ao transporte público no município revela um desempenho globalmente favorável, embora marcado por limitações estruturais e operacionais que impactam a experiência de parte da população. Observa-se que 34,8% dos respondentes classificam o serviço como bom e 14,8% como ótimo, totalizando 49,6% de percepções positivas. Esse resultado indica que quase metade da população reconhece a existência de cobertura considerada adequada, frequência satisfatória em determinados horários e condições razoáveis de deslocamento, permitindo o acesso a atividades essenciais como trabalho, estudo e serviços públicos.

Entretanto, o percentual de 22,2% de avaliações regulares evidencia que uma parcela significativa dos usuários percebe o transporte público como apenas parcialmente eficiente. Essa classificação intermediária sugere a presença de inconsistências na oferta, como variações na regularidade das linhas, horários pouco compatíveis com a demanda real da população, baixa integração entre trajetos ou limitações na infraestrutura dos pontos de parada e dos veículos. Esses fatores reduzem a atratividade do serviço e indicam a necessidade de ajustes operacionais para melhorar a experiência do usuário.

As avaliações negativas, que somam 10,3% entre as classificações ruim e péssimo, embora minoritárias, são relevantes do ponto de vista da gestão pública, pois apontam para problemas mais críticos enfrentados por determinados usuários. Essas percepções podem estar associadas à ausência ou baixa frequência de linhas em regiões periféricas ou menos atendidas, à precariedade da infraestrutura, ao tempo excessivo de espera ou à falta de confiabilidade do sistema. Tais limitações tendem a impactar diretamente a mobilidade urbana e a equidade no acesso ao transporte.

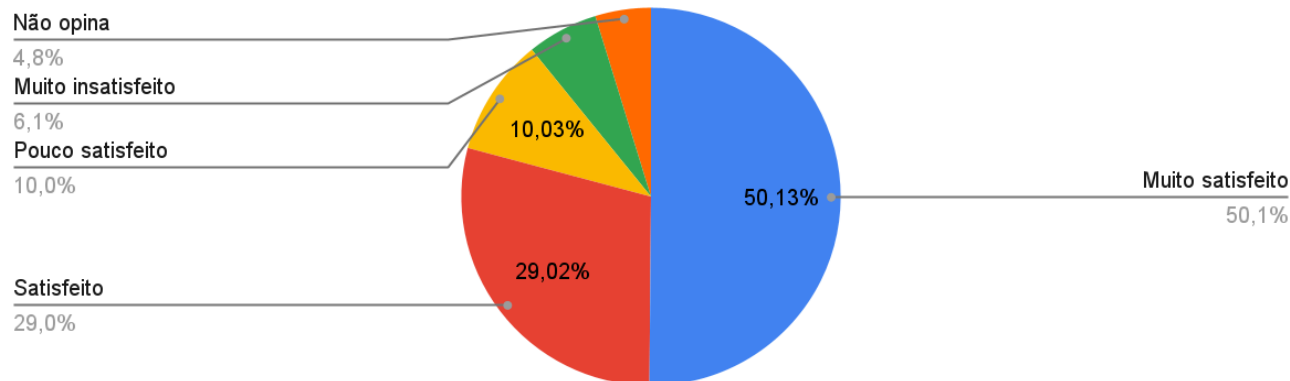
O percentual de 17,9% de respondentes que não opinaram sobre o transporte público sugere pouco contato direto com o serviço, uso esporádico ou desconhecimento da oferta existente, possivelmente em função da dependência de meios de transporte individuais ou da baixa atratividade do sistema em determinadas localidades. Esse dado também evidencia a importância de aprimorar a comunicação institucional, tornando mais acessíveis e claras as informações sobre rotas, horários e cobertura.

De forma consolidada, os dados indicam que, embora predomine uma percepção positiva sobre o acesso ao transporte público no município, persistem desafios relevantes relacionados à ampliação da cobertura territorial, à regularidade e previsibilidade dos horários e à melhoria da infraestrutura. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos contínuos e de ações estratégicas voltadas à padronização da qualidade do serviço, ao fortalecimento da comunicação com a população e à promoção de um sistema de transporte mais eficiente, acessível e equitativo para todos os municípios.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Muito satisfeito	50,13%	24,80%	25,07%	0,26%	16,36%	25,59%	8,18%	19,26%	21,11%	9,76%
Satisfeito	29,02%	10,82%	17,68%	0,53%	8,44%	14,78%	5,80%	12,40%	10,55%	6,07%
Pouco satisfeito	10,03%	4,49%	5,01%	0,53%	3,17%	5,28%	1,58%	3,96%	4,22%	1,85%
Muito insatisfeito	6,07%	3,69%	2,11%	0,26%	1,58%	3,69%	0,79%	1,85%	2,64%	1,58%
Não opina	4,75%	2,11%	2,64%	0,00%	2,64%	1,32%	0,79%	2,11%	2,11%	0,53%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A análise da percepção da população sobre as áreas verdes do município evidencia um cenário extremamente favorável, com elevados níveis de satisfação que reforçam a relevância desses espaços para a qualidade de vida urbana. Observa-se que 50,1% dos respondentes se declararam muito satisfeitos e 29% satisfeitos, totalizando 79,1% de avaliações positivas. Esse resultado indica que a ampla maioria da população reconhece a boa qualidade, a adequada manutenção e a utilidade das áreas verdes como espaços destinados ao lazer, à prática de atividades físicas, ao convívio social e à promoção do bem-estar físico e mental, além de contribuírem para o equilíbrio ambiental e a valorização do espaço urbano.

O elevado grau de satisfação sugere que políticas públicas voltadas à preservação, manutenção e qualificação desses espaços têm produzido resultados perceptíveis para a população. Aspectos como arborização, limpeza, paisagismo e disponibilidade de áreas de uso coletivo parecem atender, em grande medida, às expectativas dos usuários, consolidando as áreas verdes como elementos estruturantes da vivência urbana e da sustentabilidade municipal.

Entretanto, as avaliações de insatisfação, que somam 16,1% entre os 10% pouco satisfeitos e 6,1% muito insatisfeitos, evidenciam a existência de limitações relevantes que impactam a experiência de parte da população. Essas percepções negativas podem estar associadas a deficiências na infraestrutura disponível, como ausência ou desgaste de equipamentos de lazer, iluminação inadequada, problemas de segurança, falta de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou desigualdade na distribuição das áreas verdes entre diferentes regiões do município. A presença desse contingente indica que, apesar da aprovação majoritária, os benefícios desses espaços não são vivenciados de forma homogênea por todos os moradores

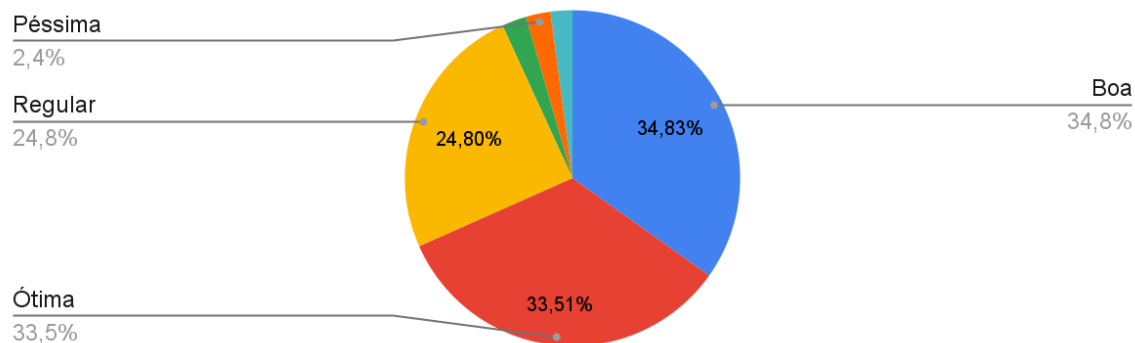
O percentual de 4,8% de respondentes que não opinaram sugere pouco contato direto ou desconhecimento sobre os espaços verdes disponíveis, o que pode indicar barreiras de acesso, baixa divulgação ou falta de estímulo ao uso desses ambientes por determinados segmentos da população. Esse dado reforça a importância de estratégias que incentivem a apropriação dos espaços verdes pela comunidade, por meio de ações de comunicação, programação de atividades e integração com políticas de saúde, esporte e lazer.

De forma consolidada, os resultados demonstram que as áreas verdes do município são amplamente aprovadas pela população e desempenham papel central na promoção da qualidade de vida urbana. Contudo, a existência de níveis pontuais de insatisfação evidencia a necessidade de manutenção contínua, qualificação da infraestrutura, ampliação equilibrada desses espaços e garantia de acesso equitativo em todo o território municipal, de modo a assegurar que os benefícios ambientais, sociais e urbanos sejam usufruídos de forma ampla e sustentável por toda a população.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	34,83%	15,83%	19,00%	0,00%	9,50%	18,21%	7,12%	14,78%	13,19%	6,86%
Ótima	33,51%	14,51%	18,47%	0,53%	9,76%	16,62%	7,12%	13,19%	13,72%	6,60%
Regular	24,80%	11,87%	12,14%	0,79%	10,03%	12,93%	1,85%	10,29%	9,50%	5,01%
Ruim	2,37%	1,58%	0,79%	0,00%	1,32%	1,06%	0,00%	0,26%	1,58%	0,53%
Péssima	2,37%	1,06%	1,06%	0,26%	0,53%	1,32%	0,53%	0,53%	1,32%	0,53%
Não opina	2,11%	1,06%	1,06%	0,00%	1,06%	0,53%	0,53%	0,53%	1,32%	0,26%
Total geral	100,00%	45,91%	52,51%	1,58%	32,19%	50,66%	17,15%	39,58%	40,63%	19,79%
Bases (entrevistados)	379	174	199	6	122	192	65	150	154	75

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A análise da avaliação da coleta de lixo domiciliar no município evidencia um desempenho amplamente satisfatório, caracterizado por elevados níveis de aprovação por parte da população. Observa-se que 34,8% dos respondentes classificam o serviço como bom e 33,5% como ótimo, totalizando 68,3% de percepções favoráveis. Esse resultado indica que a maioria dos munícipes reconhece a eficiência operacional do serviço, associada à regularidade da coleta, à previsibilidade dos cronogramas e à confiabilidade na remoção adequada dos resíduos, aspectos fundamentais para a manutenção da limpeza urbana, da saúde pública e da qualidade de vida.

O percentual de 24,8% de avaliações regulares demonstra que uma parcela expressiva dos usuários percebe o serviço como funcional, porém com limitações que impedem uma avaliação mais elevada. Essa percepção intermediária sugere a existência de problemas pontuais ou recorrentes, como cobertura desigual entre bairros, variações na frequência da coleta, atrasos ocasionais ou pequenas falhas operacionais, especialmente em períodos de maior demanda ou em áreas com características logísticas mais complexas. Esses dados indicam espaço para aprimoramentos que possam elevar o padrão médio de qualidade percebida.

As avaliações negativas, que somam 4,8%, sendo 2,4% classificando o serviço como ruim e 2,4% como péssimo, embora percentualmente reduzidas, são relevantes para a gestão pública, pois sinalizam a ocorrência de problemas mais críticos enfrentados por determinados usuários. Essas percepções podem estar concentradas em regiões periféricas, áreas de difícil acesso ou locais com infraestrutura urbana limitada, onde a prestação do serviço tende a enfrentar maiores desafios operacionais.

O percentual reduzido de 2,1% de respondentes que não opinaram sugere que a coleta de lixo é um serviço amplamente conhecido e vivenciado pela população, com baixo nível de desconhecimento ou afastamento em relação à sua execução. Esse dado reforça a centralidade do serviço no cotidiano dos moradores e a importância de manter elevados padrões de qualidade e confiabilidade.

De forma consolidada, os resultados indicam que a coleta de lixo domiciliar no município apresenta alto grau de satisfação, refletindo eficiência e regularidade na maior parte do território. Contudo, a presença de avaliações regulares e negativas evidencia a necessidade de monitoramento contínuo, padronização da qualidade e adoção de ações corretivas direcionadas às áreas com maior incidência de falhas, de modo a reduzir desigualdades territoriais e assegurar um serviço consistente e equitativo para toda a população.

9. Conclusão

A análise consolidada das informações do relatório evidencia um panorama predominantemente positivo em diversos setores, mas com desafios pontuais relacionados à equidade, qualidade, consistência e acesso aos serviços públicos. No âmbito educacional, 74,7% dos respondentes percebem igualdade de acesso às escolas públicas, indicando que a maioria considera a oferta de vagas, infraestrutura e distribuição das unidades adequada para atender diferentes regiões e grupos sociais. Contudo, 11,6% identificam barreiras, possivelmente associadas à localização das escolas, capacidade de atendimento, transporte e desigualdades socioeconômicas, enquanto 13,7% não opinaram, sugerindo ausência de contato direto ou desconhecimento do sistema educacional. Esses dados apontam para a necessidade de políticas que reforcem a equidade, ampliem a infraestrutura e promovam acesso efetivo a todos os segmentos da população.

No setor de saúde, a percepção sobre a qualidade do atendimento nos postos de saúde é majoritariamente positiva, com 73,63% de respostas favoráveis, embora 19,3% considerem o atendimento regular e 5,31% avaliem como ruim ou péssimo, indicando falhas pontuais que impactam alguns usuários. A percepção sobre o tempo de espera revela que 73,7% experimentam espera moderada ou satisfatória, enquanto 12,1% enfrentam atrasos significativos, evidenciando gargalos operacionais, alta demanda é possível insuficiência de profissionais e recursos. Estes indicadores sugerem a necessidade de padronização de processos, capacitação de equipes, otimização de fluxos de atendimento e monitoramento contínuo para reduzir desigualdades e garantir eficiência uniforme.

A confiança nas forças policiais apresenta predominância positiva, com 70,7% dos respondentes confiando totalmente ou parcialmente, enquanto 20,1% não confiam e 9,2% não opinaram. Embora a percepção geral seja favorável, a existência de receios e desconfiança em parcelas da população aponta a necessidade de fortalecimento da presença territorial, comunicação institucional e consistência na atuação para ampliar a credibilidade e reduzir vulnerabilidades percebidas.

Os serviços do CRAS e CREAS apresentam 49,1% de percepções positivas, 21,4% regulares, 3,46% negativas e 26,12% de não respostas, evidenciando que uma parcela considerável da população que utiliza os serviços percebe eficiência e acolhimento, mas há baixa visibilidade e utilização em determinados segmentos. A análise indica necessidade de ampliação do acesso, fortalecimento da divulgação, padronização da qualidade e monitoramento das unidades para aumentar a efetividade e a percepção positiva.

No mercado de trabalho, 70,5% consideram que há vagas suficientes, enquanto 21,1% percebem insuficiência e 8,4% não opinam. A ausência de conhecimento sobre programas de capacitação atinge 61% da população, evidenciando lacuna significativa na divulgação e comunicação, reduzindo adesão e impacto das iniciativas. Esses dados sugerem necessidade de políticas que ampliem a diversidade de oportunidades, fortaleçam programas de qualificação profissional e promovam a inclusão de grupos vulneráveis.

O transporte público apresenta 49,6% de percepções positivas, 22,2% regulares, 10,3% negativas e 17,9% de não respostas, indicando heterogeneidade de acesso e qualidade percebida. A análise aponta a necessidade de ampliar cobertura, consistência de horários, padronização da infraestrutura e estratégias de comunicação para garantir acesso equitativo e experiência satisfatória para todos os usuários.

As áreas verdes são avaliadas positivamente por 79,1% da população, com 10% pouco satisfeitos, 6,1% muito insatisfeitos e 4,8% de não respostas, revelando que, embora a aprovação seja ampla, existem limitações pontuais relacionadas à infraestrutura, diversidade de equipamentos, segurança e acessibilidade. A coleta de lixo domiciliar apresenta 68,3% de percepções favoráveis, 24,8% regulares, 4,8% negativas e 2,1% de não respostas, evidenciando satisfação predominante, mas necessidade de monitoramento contínuo, padronização da qualidade e atenção a regiões com cobertura limitada.

Em síntese, os dados indicam que, embora a população perceba de forma majoritária eficiência e qualidade em educação, saúde, segurança, assistência social, emprego, transporte, áreas verdes e serviços urbanos, persistem desafios estruturais, desigualdades percebidas e lacunas de informação que exigem políticas estratégicas, otimização de processos, padronização de serviços, fortalecimento da comunicação institucional e monitoramento contínuo para garantir equidade, acesso efetivo e satisfação plena da população.